



Recebido
Aprovado
Editor Respo.
E
Método de Avaliação
E-I

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: OS PROFESSORES ESTÃO PARTICIPANDO DAS DISCUSSÕES (DISSO, OS PROFESSORES SABEM O QUE É A BASE

ANA CAROLINA FARIA COUTINHO GLERIA
VANNINA DE OLIVEIRA ASSIS

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

~~RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar se os professores que estão atuando na educação básica possuem conhecimento venha a ser a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Como procedimentos metodológicos, realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados uma entrevista estruturada, realizada com 117 pro Educação Básica em Maceió-Alagoas. Os resultados se mostraram bastante insatisfatórios, pois apesar da discussão de Curricular estar em voga desde a década de 90 e ter tomado uma ênfase maior nos últimos 3 anos, os dados nos mos grande maioria dos professores pesquisados não possui conhecimento acerca da BNCC.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular, Professores, Educação Básica.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze if the teachers who are acting in basic education have knowledge of what will National Curricular Common Base - BNCC. As a methodological basis, we worked with a qualitative field research, instrument of data collection we used the interview, conducted with 117 Basic Education teachers. The results unsatisfactory, because although the discussion of a Curricular Base has been in vogue since the 1990s and has take emphasis in the last 3 years, the data show us that the great majority of the teachers studied do not have knowledg BNCC.

Keywords: National Basic Curricular, Teachers, Basic Education

~~INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo é fazer uma discussão acerca do conhecimento dos professores acerca da Base Nacio Curricular – BNCC, que está sendo discutida e implementada atualmente. Muito se critica que essa discussão está se efetivada nas escolas com os professores e a comunidade escolar, a proposta do presente artigo era seguir es pensamento voltado para uma análise de como está acontecendo essa discussão nas escolas, mas, durante a pe deparamos com dados que nos trazem uma questão anterior a essa, e a nosso ver, mais preocupante, mais voltada p dessa discussão, e assim redefinimos nossa problemática: Os professores tem conhecimento do que é a Base Nacio Curricular Essa é uma questão crucial, pois com se discute algo de que não temos conhecimento Para respon questionamento, entrevistamos 117 professores, onde fizemos uma pergunta direta: O que é a Base Nacional Comum (os resultados se mostraram bastante insatisfatórios, como veremos no decorrer da nossa análise. Partindo da justificati objetivo do presente artigo é analisar se os professores que estão atuando na educação básica possuem conhecime venha a ser a Base Nacional Comum Curricular.

CONTEXTUALIZANDO A BNCC

A discussão sobre a necessidade de uma reforma curricular consta inicialmente na Constituição Federal Brasileira de 1988. Seu Artigo 210 orienta: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar forma comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 1988). Reafirmando a constituição Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

... estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum (BRASIL, 1996).

Desde a década de 1990, vem sendo discutida e implementada uma reforma curricular. A partir dessa época, muitas discussões curriculares foram tomando corpo no Brasil, de modo que surgiram em 1995 a discussão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais dentro do Ministério da Educação, que teve sua discussão ampliada na Secretaria de Ensino Fundamental das Unidades Federativas. De acordo com Bonamino e Martínez (2002), essa discussão foi ampliada, possibilitando que os acadêmicos e professores pudessem dar suas contribuições. Após a reelaboração pelo MEC da versão preliminar, levando em consideração as observações, críticas e sugestões, a nova versão foi então encaminhada em 1996 para o Conselho Nacional de Educação – CNE, para que deliberasse sobre a proposta apresentada, visto que de acordo com a Lei 9.131/95 que dispõe sobre a criação do CNE, estabelece que compete a este órgão deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC apontado por Bonamino e Martínéz (2002), houve um descompasso entre o MEC e o CNE, e a primeira versão do documento foi divulgada sem uma análise prévia do CNE, causando atritos. As autoras acima citadas, trazem em seu artigo falas da Menga Ludke, uma das participantes do CNE neste período, no qual afirma que:

Com essa abrangente proposta curricular em mãos, a CEB/CNE voltou-se para a tarefa de tentar divisar nos PCNs as diretrizes curriculares sobre as quais deveriam fundamentar a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental. (LUDKE, 1996; Bonamino; Martínéz, 2002, p.372-373)

De posse dessa proposta curricular, o CNE fez um movimento de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais, com caráter não-obrigatório dos PCNs.

Ainda de acordo com Bonamino e Martínez (2002), para deliberar sobre as diretrizes e fixar conteúdos mínimos para o ensino fundamental, a Câmara de Educação Básica do CNE, apoiou-se numa série de referências que ultrapassavam os PCNs e incluíam atribuições definidas tanto pela Constituição Federal, quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros documentos pertinentes. A partir desse pontapé inicial, iniciou-se a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996). Entretanto, as diretrizes possuíam um caráter de ser um conjunto de princípios, critérios e procedimentos observados no planejamento e na organização das atividades e na execução e avaliação dos cursos e projetos pedagógicos nas escolas e sistemas de ensino, ou seja, elas diferenciavam-se de uma sistemática de conteúdos mínimos para cada modalidade de ensino.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) é que a Base é efetivamente detalhada. E é a partir das DCNs que todo o atual processo de construção da BNCC se inspira e se organiza. Mais recentemente a necessidade da BNCC foi evidenciada em documentos significativos para a Educação, frutos de discussões de todos os setores da sociedade. Ela está em documentos como as Conferências Nacionais de Educação e também no Plano Nacional de Educação (PNE)... O atendimento a essas demandas legais – Constituição, LDBEN, DCNs, CONAE e PNE - terá como efeito a produção de uma referência de currículo que reúna os esforços existentes nos estados, no Distrito Federal e em muitos municípios na produção de seus documentos curriculares (BRASIL, 2017)

Essa Base Nacional Curricular foi apresentada à sociedade em uma versão preliminar, em setembro de 2015, sendo que em maio de 2015, o Portal da Base Nacional Comum Curricular foi lançado, apresentando ao público o processo de elaboração da BNCC e colocando em consulta pública após a sua divulgação. De setembro de 2015 a março de 2016 a BNCC ficou aberta à consulta pública, com mais de 12.226.510 acessos. Em abril de 2016 uma nova versão foi apresentada à sociedade. No mês de junho do mesmo ano, seminários foram organizados com professores, gestores e especialistas por todo o Brasil, para se discutir a segunda versão, e já em agosto foi iniciada a terceira versão da Base. Em abril de 2017, a versão final foi enviada ao Conselho Nacional de Educação, que irá elaborar um parecer e um projeto de resolução sobre a BNCC que serão encaminhados ao MEC. Em julho de 2017, o CNE organizará 5 encontros regionais. A partir da homologação da BNCC, está previsto o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação Estaduais e Municipais para

e adequação dos currículos escolares.

O texto da terceira versão da BNCC (BRASIL, 2017), enfatiza na página 5 que “A BNCC é fruto de amplo processo de negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira”. E que:

Os seminários estaduais aconteceram entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016 e contaram com a participação de milhares de professores, gestores, especialistas e entidades de educação, encerrando o ciclo de consulta previsto para a segunda vez. Os resultados foram sistematizados e organizados em relatório produzido por um grupo de trabalho composto por Consec com base em análise realizada pela UnB. (BRASIL, 2017, p.05)

Em Alagoas, o seminário ocorreu nos dias 04 e 05 de julho de 2016, na Universidade Federal de Alagoas – campus A com 296 vagas disponíveis, das quais 279 foram preenchidas (UNDIME, 2017). O relatório da UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação) sobre os seminários acontecidos na ocasião da discussão da segunda versão da BNCC, apontam que foram feitos 27 seminários em 8 estados com 9.275 participantes, mas não deixa claro quantos foram dirigentes, gestores, especialistas, entidades e quantos são professores. Entretanto, ao observarmos esses números, mesmo se fossem todos professores, 9 mil é um número ínfimo perto do que o Brasil possui, a exemplo do ocorrido em Alagoas, que conta com 29.935 professores na educação conforme o Senso do Professor do Ministério da Educação realizado em 2016. Nossa crítica está alicerçada nessas poucas respostas do grupo de respondentes da pesquisa. Discutir é importante, mas fazer com que a grande maioria tenha condições de que é e para que vai servir a Base Nacional Comum Curricular não deve se anteceder a uma discussão mais profunda.

METODOLOGIA

A presente pesquisa faz parte do grupo vinculado ao CNPq, intitulado “Práticas de Ensino”, da Universidade Federal de Alagoas que vem nos últimos anos discutindo aspectos relacionados a planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem. A pesquisa ocorreu no campo aconteceu no ano final do ano de 2016, ocasião na qual entrevistamos 117 professores de escolas públicas atuando em sala de aula na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior (licenciatura). Assim, tivemos uma amostra significativa e após catalogação das respostas, ficamos com uma amostra de 115 respondentes, pois dois deles não foram computados por não adequação aos parâmetros, como falta de respostas e entrevistado bacharel. A pesquisa possui um caráter etnográfico, com caráter qualitativo. Como instrumento de coleta de dados, escolhemos uma entrevista estruturada, por ter uma maior possibilidade de análise das respostas. O roteiro da entrevista possuía 3 questões que exigiam o conhecimento dos entrevistados acerca de 3 importantes documentos: Base Nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs e Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, entretanto, pela delimitação da delimitação do presente artigo, optamos por analisar no momento, somente o que se refere a Base Nacional Comum Curricular, ficando as outras oportunidades a discussão dos demais documentos.

Os sujeitos foram professores atuantes na Educação Básica e superior de áreas variadas, sendo: 25 respondentes de Ciências Sociais, 17 de Geografia, 11 de Letras, 18 de História, 03 de Química, 07 de Física, 23 de Matemática informaram a área de atuação. As respostas foram tabuladas de forma a auxiliar na resposta à problemática da pesquisa em duas categorias:

Categoria A Possui conhecimento da Base Nacional Comum Curricular

A1 – Possui conhecimento consolidado da BNCC

A2 – Possui conhecimento aproximado da BNCC

Categoria B Possui conhecimento equivocado acerca da Base Nacional Comum Curricular

B1 – Não respondeu ou disse não saber o que é a BNCC

B2 – Respondeu de forma equivocada sobre o que é a BNCC

Categoria C Respostas inconclusivas

As respostas equivalentes ao item A (Possui conhecimento da Base Nacional Comum Curricular) foram as que se aproximam da definição de BNCC, contida no documento oficial do Ministério da Educação:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Aplica-se à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e indica conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade.

escolaridade. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Básica (DCN), a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p. 07, grifo do autor)

Entretanto, é necessário trabalharmos com uma visão mais ampliada dessa definição, visto que ela deve estar alinhada com as propostas das escolas, bem como com outras políticas, conforme podemos observar no trecho abaixo presente no documento da Base, que afirma que a mesma será uma:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação e contribui para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, estabeleça o forte regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação, isto é, garanta aos alunos a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o desenvolvimento pleno da cidadania. (BRASIL, 2017, p. 07)

Para a Categoria A, consideramos as respostas que continham pelo menos 3 entendimentos dos quatro que destacamos como essenciais para o conhecimento do que vem a ser a BNCC. Os quatro pontos que procuramos encontrar nas respostas foram os seguintes: O entendimento de que é um documento, que está em processo de discussão, que reúne um conjunto de conhecimentos e competências, e que se refere à Educação Básica. Validamos na categoria A1, as respostas que abrangiam no mínimo três desses pontos. As demais respostas que se aproximavam do que é a BNCC, foram classificadas na categoria A2.

Quanto ao item B (Possui conhecimento equivocado acerca da Base Nacional Comum Curricular), dividimos as respostas em duas categorias para melhor análise, visto que muitos deixaram a resposta em branco (B1), ou fizeram uma afirmação equivocada do que venha a ser a BNCC.

Algumas respostas estavam inconclusivas, vagas ou generalistas, expressavam opiniões ou não estavam claras o suficiente para serem encaixadas em nenhuma das categorias acima. Dessa forma, foi necessária a criação dessa terceira categoria (C), que não comprometessem a análise dos dados.

Com a posse desses dados, iniciamos a análise procurando entender se há ou não um entendimento sobre a BNCC pelos entrevistados.

ANALISANDO OS DADOS

Vamos começar pelo início. O que é a Base Nacional Curricular? De acordo com a definição apontada acima, sobre o que é a BNCC (BRASIL 2017) para o Ministério da Educação, nos perguntamos... esse conceito está claro para os professores? Sabem que esse documento está sendo discutido e elaborado? Essas são as perguntas de partida para a nossa análise. Para respondermos essas questões, tomamos por amostra as respostas de 115 professores, sobre o que é a Base Nacional Curricular. Conforme explicitado na metodologia, a pergunta era clara “O que é a Base Nacional Comum”, entretanto podemos observar na tabela abaixo, as respostas não foram muito satisfatórias.

Respostas

Grupo A

(41,7%) A - 48 respostas A1- 17

A2- 31

Grupo B

(52,2%) B - 60 respostas B1- 27

B2 - 33

Grupo C

(6,1%) C - 7 respostas

Pelo quadro acima, podemos perceber que a maioria dos professores pesquisados (52,2%) não possui conhecimento acerca do documento tão importante e que julga-se estar sendo “amplamente discutido”. As respostas variavam entre confusões com documentos como PCNs e DCNs, indicação de que é um tipo de planejamento da escola, ou uma legislação, um conjunto de disciplinas, uma política pública ligada à formação e à carreira docente, um instrumento de gestão pedagógica e acompanhamento escolar, etc. Percebemos em certas respostas, que alguns tentaram definir a base pela sua nomenclatura, arriscando

definição do que possa ser:

“São os objetivos para aprendizagem nacional” (Respondente 63)

“Órgão governamental que regula ou media as áreas educacionais” (Respondente 64)

“São regras nacionais que direcionam as ações educacionais escolares” (Respondente 33)

Outros (23,5%) já foram diretos ao afirmarem que não possuíam conhecimento acerca da BNCC, não arriscando nenhum. As duas categorias de resposta se enquadram em uma perspectiva contrária ao discurso de que a BNCC está sendo discutida, pois mesmo após 3 anos dessa discussão mais focada na sua construção, ela não chegou a quem vai e coloca-la em ação, ou seja, o professor.

Em artigo com a finalidade de coletar e analisar argumentos favoráveis e desfavoráveis de agentes envolvidos no debate BNC, Batista, Lugli e Ribeiro (2015) apresentam dados que mostram que os professores de ensino fundamental e gestores de mudanças curriculares, o que pode ser um indício de um não interesse dos docentes pela discussão:

As entrevistas indicaram que esses professores das escolas públicas, considerados individualmente, não constituem a influência na negociação dos projetos curriculares, o que é verdadeiro também para os gestores das escolas particulares (op.cit.2005, p.8).

Uma hipótese da alta porcentagem de professores que não possui conhecimento sobre a base pode se referir ao fato de que os professores não se sentem, e muitas vezes não estão inseridos nos processos de planejamento mais amplos, nem de projetos de planejamentos educacionais nacionais, como apontam Menegolla e Santanna (2006) quando se referem a projetos curriculares.

Glória e Assis (2016, p.10) obtiveram dados parecidos ao analisarem a percepção de currículo de professores: “Neste tipo de concepções de alguns docentes ainda se percebe o senso comum, porém apontam algumas percepções críticas e sociológicas do currículo, que devem continuamente ser investigadas.”

Os professores que mostraram em suas falas conhecimento sobre a BNCC, foram divididos em dois grupos, haja vista que as respostas possuíam muita disparidade de completude. Alguns responderam de forma breve, mas percebíamos em suas falas que os mesmos possuíam um certo conhecimento. Outros já responderam de forma mais completa, trazendo vários aspectos dos objetivos da Base, embora poucos docentes (14,8%) tenham essa visão mais clara e completa do que venha a ser tal currículo. Não foi possível fazer uma relação dessas respostas com os grupos que as responderam, pois não entrevistamos o mesmo grupo de professores de cada área, dessa forma, não podemos afirmar que professores da área tal possuem um conhecimento mais elaborado e completo acerca da BNCC. Essa pode ser uma proposta para uma pesquisa mais aprofundada com uma amostra maior e mais homogênea.

CONCLUINDO

De acordo com a análise dos dados da pesquisa, apesar da discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular estar efetivamente desde o ano de 2015, e de forma introdutória desde a década de 90, por mais que seja um documento que irá mudar a Educação Básica e a formação dos cursos superiores de licenciatura, essa discussão não amplamente discutida dentro dos ambientes nos quais serão aplicados, ou seja, nas escolas. Entretanto, o presente trabalho mostra que o problema é anterior a essa problemática, elucidando que muitos professores não têm conhecimento sobre o documento, o que é uma constatação preocupante, pois é um documento que mudará e muito sua atuação – e formação dos docentes, quando e se for efetivada.

~REFERÊNCIAS

BATISTA, A. G.; LUGLI, R.; RIBEIRO, V. Centralização e Padronização dos Currículos: Posições e Tomadas de Posição. 37a Reunião da ANPED. Florianópolis: ANPED, 2015.

BONAMINO, Alicia e MARTINEZ, Silvia Alicia. Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: participação das instâncias políticas do Estado. Revista Educação e Sociedade, vol. 23, n. 80, setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. CNE; CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=1 Acesso em: 23 mar. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 25 jun. 2017

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 25 jun. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> . Acesso em: 25 jun. 2017

GLÉRIA Ana Carolina Faria Coutinho e ASSIS, Vannina de Oliveira. A percepção de currículo de professores e possibilidades do discurso. In: Anais do IX Colóquio Internacional &39;Educação e Contemporaneidade&39;, Aracaju, 2017.

LUDKE, Menga. A profissionalização do magistério vista em duas perspectivas. Educação Brasileira, Brasília, DF, v.21 n. 1, p. 1-10, 1999.

MENEGOLLA, I. M. e SANTANNA, M. Por que planejar Como planejar – Currículo, área, aula. 15ª edição. Petrópolis, Vozes, 2010.

UNDIME. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Seminários BNCC. Disponível em: <http://seminarios.bncc.undime.org.br/>. Acesso em: 30 jun. 2017.